

Eixo: Formação inicial e continuada de professores da EJA

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Formação Permanente; Desenvolvimento Profissional Docente.

Introdução

A licenciatura como formação inicial de professores, abarca em âmbito, a perspectiva da docência, da profissão docente. Assim, essa formação está atrelada às legislações vigentes, as quais passam por atualizações periódicas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Brasil, 2024) aplicáveis também à formação de professores para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, foco deste texto, ressalta que tal formação “[...] deve garantir a compreensão ampla e contextualizada da educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área [...]” (Art. 2º, § 1º). Sabemos que a realidade da prática docente evidencia a necessidade de professores com uma formação interdisciplinar, capaz de corresponder às especificidades dessa modalidade.

Neste sentido, a formação permanente (Imbernón, 2016; Ferreira, 2023) se mostra mais coerente com essa perspectiva, pois articula-se ao Desenvolvimento Profissional Docente, que considera aspectos interligados que intenciona favorecer o professor em seu processo formativo e prática profissional.

Soares (2002) e Haddad (1997), em outros tempos chamavam atenção para a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando as necessidades pertinentes a este público, suas angústias, suas perdas e ganhos, principalmente na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (n. 9.394) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, entre outros projetos. Suas reflexões evidenciam a luta política em defesa da EJA, ao apontarem que, embora determinados direitos estivessem assegurados no aspecto legal, se real efetivação permanecia limitada, vulnerável. Hoje, percebemos

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. E-mail: lucia.trindade@uesb.edu.br

² Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. E-mail: rduarte@uesb.edu.br

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. E-mail: elemos@uesb.edu.br

importantes, mas insuficientes na garantia do direito à educação de um público, historicamente, marcado pela exclusão.

Diante disso, este texto tem por objetivo analisar, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, a proposta de formação inicial para atendimento da EJA.

Metodologia

O estudo adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório, procurando interpretar as políticas educacionais e orientações formativas nos documentos oficiais, no que se refere à formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos. Busca-se identificar elementos que permitam refletir criticamente sobre as diretrizes atuais e suas implicações para a prática docente. Assim, realizou-se uma pesquisa documental tendo como principal fonte a Resolução CNE/CP nº 4/2024, analisada de modo interpretativo para identificar princípios, concepções e orientações dirigidos à EJA, e diretrizes que tratam dos jovens e adultos como sujeitos de direitos, a fim de compreender o diálogo da normativa com as demandas históricas da modalidade.

Análise dos resultados

Os dados mostram que as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) em análise mencionam os jovens e adultos em quatro situações: 1) a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de educação (Art. 2º); 2) como sujeitos de direitos (Art. 5º, I); 3) como sujeitos do conhecimento, que aprendem (Art. 10, XVII); 4) como sujeitos integrais (Art. 13, I, d). Nessa perspectiva, a formação de professores também vai se alinhando a essas prerrogativas para atender a esse público.

Para atender a essas especificidades da modalidade da Educação de Jovens e Adultos a formação de professores precisa ser flexível, interdisciplinar, voltada para a diversidade e com acesso a conhecimentos específicos. Uma formação dessa natureza demanda estudos, investimentos em formação contínua atrelada a formação inicial, acesso a bens culturais diversificados, entre outros, capaz de promover conhecimentos diversos. A formação do professor exige conhecimentos multidimensionais, visto que a DCN menciona o professor com conhecimentos sobre o ser humano e práticas educativas que se voltem para as dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial.

Como formar professores para tantas frentes e especificidades? Frente as dificuldades que ainda prevalecem, Soares e Pedroso (2016, p. 260) “[...] reconhecem um conjunto de experiências e trajetórias formativas como ponto de partida para formulação de programas de formação”. O debate sobre a EJA e a formação de professores para atender a este público não é recente, mas precisa continuar observando os aspectos que envolvem políticas que incentivem formações específicas, posicionando a EJA como um campo científico, que demanda profissionais, financiamentos e estruturas que lhes são próprios.

Considerações Finais

As reflexões evidenciam que a formação docente para a EJA continua sendo um campo que exige atenção constante, competência política e compromisso teórico-prático. Embora as DCN de 2024 progridam ao reconhecer a complexidade dos sujeitos da EJA e indicar uma formação ampla, plural e humanizada, ainda é preciso investimentos que fomente a articulação entre formação inicial e permanente, garantindo condições reais para que os professores desenvolvam práticas sensíveis, interdisciplinares e socialmente comprometidas. Assim, reafirmamos a urgência de consolidar políticas que garantam uma formação pujante, coerente com as demandas históricas e atuais da modalidade, de modo que a EJA seja, de fato, um espaço de direitos, dignidade e emancipação.

Referências

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, Edição 104, n. 124, p. 26, 03 jun. 2024.

FERREIRA, Lúcia Gracia. **Desenvolvimento profissional e carreira docente brasileira**: interseções e diálogos com professores da educação básica. Campinas: Pontes Editora, 2023.

HADDAD, Sérgio. A Educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB. In: BREZEZINKI, Iria (org). **LDB Interpretada**: diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997. p. 111- 126.

SOARES, Leônicio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos**: Diretrizes Curriculares Nacionais. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Leônicio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Formação de educadores na Educação de Jovens e Adultos (EJA): alinhavando contextos e tecendo possibilidades. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 251-268, 2016.